# SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU Nº , DE 2025

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Requer o encaminhamento de solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre possíveis irregularidades no pagamento do seguro-defeso em diversos municípios do Maranhão e do Pará, decorrentes de registros fraudulentos de pescadores junto ao INSS, com prejuízos potenciais aos cofres públicos da ordem de bilhões de reais.

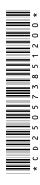
### Senhor **Presidente**,

Nos termos dos arts. 70 e 71 da Constituição Federal e na forma dos arts. 60 e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de informações sobre possíveis irregularidades no pagamento do seguro-defeso em diversos municípios do Maranhão e do Pará, decorrentes de registros fraudulentos de pescadores junto ao INSS, com prejuízos potenciais aos cofres públicos da ordem de bilhões de reais.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações sobre:

• O TCU possui auditorias em curso relacionadas ao aumento atípico de registros de pescadores e pagamentos de seguro-









defeso nos estados do Maranhão e do Pará, especialmente nos municípios de Cametá (PA), São Sebastião da Boa Vista (PA), Nova Olinda do Maranhão (MA) e São João Batista (MA)? Se sim, quais são os resultados parciais ou finais dessas apurações?

- Qual o valor total estimado de pagamentos indevidos de seguro-defeso entre 2020 e 2024, com base em dados já coletados ou em andamento de auditorias? É possível apresentar esse valor discriminado por unidade da federação e por município?
- O TCU já verificou a regularidade dos convênios firmados entre o INSS e entidades representativas dos pescadores, como colônias, federações estaduais e a Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA)? Foram identificados casos de repasses irregulares ou ausência de critérios objetivos para habilitação dessas entidades?
- Diante dos relatos de que servidores públicos teriam cedido ou permitido o uso indevido de suas credenciais de acesso, o TCU apurou se houve falha nos mecanismos de controle de acesso aos sistemas do INSS e do Ministério da Pesca? Quais são os riscos sistêmicos associados a essa vulnerabilidade?
- O TCU analisou se houve omissão ou conivência de gestores públicos federais (do Ministério da Pesca, do INSS ou da Previdência) diante do crescimento explosivo e inexplicável do número de beneficiários? Existem apurações em curso sobre responsabilidade funcional de autoridades?
- O Tribunal avalia que as medidas recentemente anunciadas pelo governo federal (como a exigência de biometria e homologação por prefeituras) são suficientes para mitigar os







riscos de novas fraudes? Caso contrário, que medidas adicionais deveriam ser adotadas com urgência?

- O TCU pretende recomendar a suspensão temporária de pagamentos do seguro-defeso em regiões com fortes indícios de fraude, até que haja revalidação dos cadastros e revisão das entidades conveniadas?
- Foi constatada a ocorrência de enriquecimento ilícito, desvio de finalidade ou uso político-eleitoral dos recursos do segurodefeso por parte de dirigentes de federações ou de agentes públicos? Em caso afirmativo, o TCU encaminhou tais achados ao Ministério Público ou à Polícia Federal?

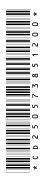
## **JUSTIFICAÇÃO**

O presente requerimento tem por finalidade subsidiar o exercício do controle externo do Poder Legislativo diante de indícios consistentes de irregularidades sistêmicas na concessão do segurodefeso, benefício previdenciário destinado aos pescadores artesanais durante o período de defeso.

Reportagem investigativa publicada pelo portal UOL¹ revelou a existência de esquema estruturado de fraudes envolvendo o registro e a habilitação de pescadores em municípios dos estados do Maranhão e do Pará, com a participação de colônias e federações conveniadas ao INSS. Em diversas localidades, o número de beneficiários supera de forma absurda o total da população economicamente ativa e não encontra qualquer lastro na produção pesqueira efetiva, nas embarcações registradas ou na infraestrutura disponível.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> https://noticias.uol.com.br/colunas/natalia-portinari/2025/06/27/inss-paga-seguro-bilionario-em-cidades-com-pescadores-fantasma.htm







#### CÂMARA DOS DEPUTADOS

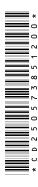
Segundo informações já divulgadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, o desvio de recursos públicos pode ter atingido até R\$ 130 milhões por mês apenas no estado do Pará, havendo relatos de retenção indevida de parte do benefício por entidades intermediadoras, uso ilícito de senhas de servidores do INSS e do Ministério da Pesca, e movimentações financeiras atípicas de dirigentes federativos, alguns dos quais detêm mandato eletivo.

É importante destacar que, apesar de medidas recentes anunciadas pelo Poder Executivo — como a exigência de biometria e validação pelas prefeituras —, a escalada no número de registros e a reincidência de fraudes ao longo dos últimos anos demonstram que os mecanismos de controle permanecem frágeis e suscetíveis à manipulação. A persistência desse tipo de esquema compromete a credibilidade das políticas públicas, afronta os princípios da moralidade, legalidade e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal, e corrói a confiança da sociedade na boa gestão dos recursos da seguridade social.

Com efeito, o escândalo do seguro-defeso é o retrato escancarado da falência ética e gerencial deste Governo que se recusa a proteger os recursos públicos com o zelo que exige do cidadão comum. A multiplicação de "pescadores-fantasma" em municípios sem tradição pesqueira, sem embarcações registradas e com produção ínfima de pescado, revela a existência de engrenagem de fraudes sustentada por colônias, federações conveniadas ao INSS e por agentes políticos que se valem do benefício como moeda de troca eleitoral. Trata-se de esquema que já drena centenas de milhões de reais mensais do orçamento federal, em detrimento da população que de fato precisa da proteção social.

É inadmissível que servidores públicos cedam ou tenham suas senhas utilizadas por terceiros, sem qualquer controle ou responsabilização efetiva. O anúncio de medidas tardias, como a







### CÂMARA DOS DEPUTADOS

exigência de biometria e validação por prefeituras, soa mais como tentativa de conter o desgaste político do que como resposta firme a um sistema podre. A impunidade nesse caso não pode prevalecer. O país exige reação contundente do Estado brasileiro, com auditorias, cancelamentos de registros suspeitos, devolução dos valores desviados e responsabilização penal dos envolvidos. O que está em jogo não é apenas o dinheiro público, mas a confiança da sociedade em suas instituições.

Diante desse quadro, torna-se imperativa a atuação rigorosa e célere do Tribunal de Contas da União, tanto para quantificar o prejuízo causado ao erário, quanto para apontar os responsáveis diretos e omissos e recomendar a correção das falhas estruturais do sistema. Não se trata apenas de punir desvios, mas de restaurar a integridade de política social importante para milhares de pescadores de verdade, hoje injustamente nivelados aos beneficiários fantasmas fabricados pela corrupção.

Sala da Sessão, em de de 2025.

**Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO** 



